
Análise do discurso pecheuxtiana: uma proposta metodológica na área da ciência da informação

Pecheuxtian discourse analysis: a methodological proposal in the area of information science

**Edina RODRIGUES LIMA (1), Daniel MARTÍNEZ-ÁVILA (2),
Blanca RODRÍGUEZ-BRAVO (2), Olga MYLLENA DINIZ BOTELHO SANTANA (3)**

(1) Biblioteca da Presidência da República - Brasil, Praça dos Três Poderes - Palácio do Planalto - Anexo I Ala B Superior, Esplanada dos Ministérios, 70000000 - Brasília, DF - Brasil, edina.lima@presidencia.gov.br. (2) Área de Biblioteconomía y Documentación, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de León, Campus de Vegazana, s/n, 24071 León, España, {dmarta | blanca.rodriguez}@unileon.es. (3) PPGCI UFRJ/IBICT, Rua Lauro Müller, 455, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, 22290-160, Brasil, myllena.diniz@gmail.com

Resumen

En poco más de seis décadas, el Análisis del Discurso (AD) ha realizado una importante aportación teórica y metodológica a la investigación en Humanidades, Ciencias Sociales e Información. Basado en una comprensión más profunda del lenguaje, no como un sistema independiente, sino como un medio de producción y difusión de significados, dotado de material simbólico e ideológico, el AD permite entender la lingüística como un agente activo, resultado de la convergencia entre discurso, sujeto e historicidad. Desde esta perspectiva, este estudio presenta una propuesta para el tratamiento de la información, especialmente en el campo de la indización, de los objetos informativos a partir de la teorización de Pêcheux sobre la significación discursiva y la formación de la “fuerza imaginaria”.

Palabras clave: Análisis del discurso. Análisis materialista del discurso. Ciencia de la información. Lenguaje. Lingüística. Discurso. Pêcheux, Michel.

1. Introdução

Ao considerar o caráter polissêmico da Análise do Discurso (AD), compreende-se a possibilidade de analisar os discursos a partir de diferentes conceitos e formulações teóricas, de modo a superar o enfoque dado ao uso da linguagem em si para um aprofundamento sobre os efeitos de sentido produzidos entre interlocutores. De tal forma, este estudo parte da concepção francesa da Análise Materialista do Discurso, concebida em meados da década de 60, sob a égide do filósofo Michel Pêcheux (1938-1983), como ferramenta a serviço de propostas teórico-metodológicas das mais diversas áreas, sobretudo, da Ciência da Informação. Nesta perspectiva, a linguagem é analisada a partir de sua materialidade discursiva, ideológica.

A AD joga luz sobre a construção do conhecimento e da sociedade, por meio da linguagem – não pela estrutura única da fala ou da escrita,

Abstract

In just over six decades, Discourse Analysis (DA) has made a relevant theoretical-methodological contribution to research in the areas of Human, Social, and Information Sciences. By delving deeper into language, not as an independent system, but as a means of producing and disseminating meanings, endowed with symbolic and ideological material, DA enables the understanding of linguistics as an active agent, the result of the convergence between discourse, subject, and historicity. From this perspective, this study presents a proposal for subject representation, especially in the field of indexing, of informational objects based on the theorization of discursive meaning and the formation of Pêcheux's “imaginary force”.

Keywords: Discourse analysis. Materialist discourse analysis. Information Science. Language. Linguistics. Discourse. Pêcheux, Michel.

mas pela convergência entre discurso, sujeito e história. Portanto, daquilo que se materializa por meio de sentidos e efeitos de sentidos – históricos e sociais (teoria marxista), realizados por sujeitos (teoria freudiana) e realizáveis por meio da materialidade da linguagem (teoria saussuriana) (Mazzola, 2009).

Não à toa, a emergência dessa corrente, dentro da Linguística, ocorre na segunda metade no século XX – em maio de 1968, na França, diante de manifestações contra a rigidez do sistema educacional e a favor de melhorias trabalhistas, sendo marcada por convulsões nas ruas e na academia –, quando linguistas rompem com a preocupação restrita à análise do interior do enunciado e passam a focar na enunciação discursiva. Ou seja, naquele momento, havia a passagem de uma “Linguística da frase” para uma “Linguística do discurso”, superando, assim, a dicotomia entre

língua e fala – como sistema social e algo particular, respectivamente –, estabelecida por Saussure (Mazzola, 2009), para considerar os impactos das variáveis socioculturais sobre os interlocutores.

Desta forma, a AD compreende a língua no campo simbólico, enquanto sentido, para além da linguagem. Portanto, “o discurso implica em uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística” (Fernandes, 2005, p. 12), de modo que, ao observarmos indivíduos antagônicos, em situação de debate, identificaremos que “as posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares (Fernandes, 2005, p. 12). Assim, o escopo da AD “é determinado pelo campo dos espaços discursivos não estabilizados logicamente, dependendo dos domínios filosófico, sociohistórico, político ou estético, e, portanto, também dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado” (Pêcheux, 1998, p. 54).

Dito isso, neste trabalho, busca-se aprofundar as discussões e a compreensão sobre os elementos teóricos e metodológicos pelos quais é possível analisar a língua a partir de bases materiais, pautada na relação entre ideologia, sentido e história, para a construção dos discursos. Portanto, dedicada, muito mais, à produção discursiva do que ao conteúdo se trata de uma proposta relevante para os estudos na área da Ciência da Informação e outros campos afins da Documentação e a Comunicação como o trabalho em bibliotecas (incluindo especializadas como por exemplo de informação jurídica) ou no jornalismo.

2. A linguagem (mensagem) e seu funcionamento

2.1. O que é a linguagem

A linguagem é um sistema por meio do qual os homens manifestam seus sentimentos, ideias e vontade, seja pela fala, pela escrita ou por signos convencionados. Ao depender do contexto social em que a linguagem será dinamizada, o interlocutor poder-se-á manifestar por meio de uma linguagem formal, a qual exige um padrão normativo culto. A linguagem formal é utilizada como a expressão do mais alto nível de inteligência e significado para a transmissão de um modus de conhecimento sobre um determinado assunto (objeto informacional).

A linguagem informal, também comumente utilizada com o mesmo propósito de transmitir conhecimento ou informação, dispensa o grau de representação e significação da comunicação

formal, mas eleva o nível de intimidade e cumplicidade entre os interlocutores.

Três modalidades básicas da linguagem humana movimentam ou transportam os objetos informacionais no tempo e no espaço, sendo a verbal a mais utilizada, formada por palavras, seja na escrita ou na fala. A não-verbal, basicamente representada por recursos visuais (imagens, gestos, signos corporais, desenhos), e a mista ou híbrida, representada pelo uso simultâneo das duas anteriores.

No sentido funcional, a linguagem pode ser entendida como a forma pela qual os indivíduos se manifestam em conformidade com o contexto que se inserem e para onde ou para quem está enviando a mensagem ou informação. Ao informar ou dizer algo, se espera que a maneira e a intenção da mensagem chegarão ao receptor na forma determinada pelo emissor, segundo a função utilizada. A função ou funcionalidade da linguagem alicerça-se em conjunto mínimo de elementos capaz de conduzir a informação por meio da seguinte sequência: agente emissor, quem envia a mensagem; agente receptor, a quem é dirigida a mensagem; mensagem, canal de comunicação, o meio pelo qual a mensagem é transmitida; código, o signo utilizado; e, por fim, o contexto, a condição ou circunstância na qual o objetivo ou situação em que a mensagem ou objeto informacional se insere ou a que se refere.

Esse conjunto mínimo de elementos é importante e interessa para uma melhor compreensão dos contextos seguintes, em especial no que concerne às seguintes modalidades funcionais da linguagem, assim consagradas (Everett, 2019, p. 103, 255, 273-301):

2.1.1. Função referencial

Nessa função, a linguagem é movimentada ou manejada pelo emissor de modo direto. O objetivo é transmitir com maior fidelidade possível o conteúdo do objeto informacional, em especial o de natureza científica. As principais características dessa função são a objetividade, a ênfase na informação e o foco em levar conhecimento e esclarecimento sobre o objeto limpo de juízo ou impressão do agente emissor. Caracteriza-se, principalmente, pelo sentido denotativo com uma visão isenta.

2.1.2. Função emotiva

O foco é no agente emissor ou autor que produz a mensagem. Chancela-se ao emissor a impressão ou juízo sobre o objeto, permitindo-lhe inserir seus próprios sentimentos, pensamentos e opiniões. A ideia é que o agente que movimenta ou

transmite a informação a autentique com seu próprio *modus intelligendi*. As principais características dessa função são a pessoalidade e a legitimidade para tratar a informação segundo uma visão mais intimista sobre o objeto informacional. Na Análise do Discurso, essa função revestir-se-ia de um significado acima da literalidade, por cancelar autonomia em face da capacidade e da qualificação do agente emissor (Fiorin, 2009, p. 18-40).

2.1.3. Função conativa ou apelativa

Focada no agente receptor, busca pela verificação e aferição do grau de convencimento sobre o conteúdo recebido. Predomina nessa função o envolvimento do receptor com o significado dado ao objeto informacional transmitido, levando-o a adotar um determinado comportamento ou reação em face do conteúdo interpretado pelo emissor. As principais características dessa função são verbos, mormente no imperativo, que induzam a intenção emotiva, porém conotativa e apelativa, em referência à informação analisada pelo agente emissor.

2.1.4. Função metalinguística

É a função que dá ênfase à codificação da linguagem. É quando um determinado código ou signo linguístico fala por si mesmo e atribui sentido próprio ao objeto informacional. Essa função sugere uma ligação intimista do objeto informacional com termos ou vocábulos próprios e muito específicos de um determinado assunto ou área de conhecimento, a exemplo da hermenêutica do Direito. Essa função carrega em si o significado da linguagem elitista ou exclusiva de determinados ramos do conhecimento humano, por consequência a forma de manifestação de certas classes ou categorias de profissionais.

2.2. O contexto da linguística

Dois momentos históricos balizam a constituição da linguística enquanto elemento de estudo e de reflexão sobre a linguagem verbal, oral e escrita. O primeiro se passa no transcurso do século XVII com o surgimento das gramáticas gerais normativas. Naquele período, os estudos da linguagem eram fortemente marcados pelo racionalismo comunicativo. Os pensadores da época concentravam-se em analisar e estudar a língua como uma representação fiel do pensamento e buscavam demonstrar que a fala e a escrita obedeciam a princípios racionais lógicos da comunicação humana (Orlandi, 2009, p. 14-23).

O outro momento importante, já no século XIX, foi o surgimento das gramáticas comparadas. A atenção dos que trabalhavam com a linguagem

volta-se para os fenômenos da transformação da linguagem no tempo, independente da vontade dos homens. As transformações seguem uma lógica adaptativa da própria língua à evolução do conhecimento humano em todos os segmentos.

A figura histórica mais expressiva relativa ao nascimento da linguística moderna foi o alemão Franz Bopp (6), considerado o precursor da linguística enquanto sistema de conjugação da língua sânscrita comparada (7). No entanto, a linguística contemporânea começa, de fato, com o suíço Ferdinand de Saussure, por meio do Curso da Linguística Geral por ele inaugurado. Mestre da Universidade de Genebra, é considerado o pai da linguística moderna.

O curso, instituído e publicado em 1916, resulta das anotações e de aulas reunidas sobre anagramas (8), hoje guardados na Biblioteca Pública de Genebra. Os anagramas formados pela transposição de letras de outras palavras ou frases, ou também formados pelo discurso poético nos versos e rimas, induzem uma linguagem sob a linguagem, capaz de produzir um efeito de anamnese no emissor ou receptor de determinada mensagem.

Orlandi (2009, p. 24-34) explica que, a partir de Saussure, a linguística concebe a língua (idioma) como objeto específico, dinâmico e determinista, à qual Saussure conceitua como um “sistema de signos”, ou seja, um conjunto de unidades independentes. Porém, conectivas entre si, capazes de formar um todo (uma ideia sobre determinado objeto informacional).

A organização interna da língua, chamada de sistema por Saussure, e, posteriormente, como estrutura, procurou valorizar a ideia de que cada elemento linguístico só adquire um valor à medida que relaciona com o todo do qual faz parte. Saussure exemplifica essa ideia comparativamente com uma peça do jogo de xadrez, por exemplo o cavalo. A identidade desta peça não depende do material de que foi feito (madeira, osso, marfim, etc.), nem mesmo de sua figura aparente (pode até ser substituído por um botão), mas o que importa, efetivamente, é a relação de oposição dele face às demais peças do xadrez, ou seja, sua identidade é determinada por sua posição no tabuleiro e seu valor no jogo.

Extraordinária a analogia desse raciocínio de Saussure, aplicada a uma compreensão da essência de um determinado objeto informacional, porque permite presumir a formação de um conjunto de ideias ou de valores intrínsecos do objeto informacional capazes de lhe atribuir sentido próprio, sem, necessariamente, ter de se utilizar pa-

lavras (chaves) ou vocabulário previamente definidos para identificação desse determinado objeto (comparativamente à figura do cavalo).

Na Espanha, a linguística documentária (9), desenvolvida para analisar de forma pormenorizada o processo linguístico relacionado ao tratamento da informação aparece no início da década de oitenta, a partir dos trabalhos de Antonio García Gutiérrez, influenciado pelos estudos de Gardin e seu contato com o Grupo Temma, da Universidade de São Paulo (USP), que teve por base a linguística estruturalista, a análise de discurso, a semiótica, a terminologia e a lógica formal para representar e organizar a informação. Segundo García Gutiérrez (1984), o objetivo fundamental da linguística, com conteúdos codificáveis e decodificáveis, divide-se em dois outros subobjetos: a estrutura da produção da informação (considera a organização e apresentação das ideias do autor); e a estrutura de representação (considera o discurso do produtor).

Miranda e Santos (2018, p. 307) observam “que no campo da linguística documentária, o trabalho é realizado em essência com informações textuais, a fim de propiciar a circulação, recuperação e uso para o público de interesse”. E, que “a linguística documentária propõe critérios metodológicos para tratar a produção documentária e sua representação apoiada em referências sócias cognitivas e de linguagem das comunidades a que se destinam os produtos informacionais” (p. 307).

A linguística documentária empregada na informação de natureza específica, a terminologia, bem assim o grau de responsabilidade do profissional da informação serão verificados com mais acuidade no transcurso desta pesquisa, mas, em síntese, vale ressaltar que o trabalho do profissional ou pesquisador, enquanto leitor documentário do tema, envolve, de fato, as questões vinculadas às nuances da linguagem. Portanto, é de sua responsabilidade fazer a mediação entre essa linguagem especializada e a linguagem natural, amparado na análise de assunto documentária e suas técnicas acessórias utilizadas para organizar e representar os documentos de uma natureza muito específica.

2.3. Sujeito, sentido e ideologia

A teoria da enunciação (o eu e o outro) preconiza como centro da reflexão comunicativa o sujeito da linguagem e sua relação com o destinatário ou receptor. “Essa teoria parte da distinção entre o enunciado, já realizado, e a enunciação, que é ação de produzir o enunciado” (Orlandi, 2009, p. 58) para valorizar o processo de transferência do

conteúdo informacional, ou seja, a forma e a qualidade da informação transmitida pelo sujeito emissor.

De acordo com Brandão (2004, p. 53):

A reflexão sobre a língua tem seguido duas tendências. Segundo a epistemologia clássica, a língua tinha como função representar o real. Para ela, um enunciado era verdadeiro e correspondente a um estado de coisas existentes. Ela mobilizava, dessa forma, o conceito de verdade, privilegiando o lexicíssimo na teorização da língua e da significação. Isto é, de acordo com essa tendência *representativa* – domínio do “dire”, do nomear [...] – os nomes representariam o protótipo das categorias gramaticais, atribuindo-se ao nome o próprio ideal da representação pura. E, nesse quadro, não se colocava a questão da subjetividade.

Embora esse poder de representação da língua continue até aos dias atuais, uma nova tendência atribuiu-lhe a função demonstrativa, “o domínio do mostrar”, que transcende da mera função representativa para uma nova dimensão “espessura própria”, que a liberta das amarras que a prendiam a uma concepção que a enquadrava tão somente capaz de exprimir representações. Por essa nova tendência, a linguagem assume uma nova possibilidade de demonstração prediada a uma mera condição de categoria gramatical.

Nessa nova concepção teórica, o sujeito passa, então, a ocupar uma posição privilegiada e a linguagem, por seu turno, um espaço de constituição da subjetividade. Brandão (2004, p. 54) assim transcreve a incorporação dos estudos linguísticos à noção de subjetividade preconizada por Benveniste (1989, p. 82): “É o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” – isto é, “o processo e não o produto”.

Brandão sustenta que Benveniste busca o delineamento da essência da linguagem a partir das características formais da comunicação e da manifestação do sujeito. Busca, assim, por uma relação dinâmica entre a identidade e alteridade, o sujeito passa à condição de centro no espaço discursivo criado entre o emissor e o receptor (Brandão, 2004, p. 54).

Sendo o sujeito o centro do espaço discursivo, então, para Benveniste (1989, p. 83) a subjetividade passa a representar a capacidade dele (sujeito) de apresentar seu discurso por meio do exercício da língua. Esse sujeito enuncia sua posição discursiva por meio de índices formais pelos quais, em regra, a personalidade constitui o ponto de partida na revelação da subjetividade do assunto.

Na enunciação, o sujeito, ao instituir o “eu”, requer, necessariamente, um “tu”. Benveniste

(1989, p. 84) ilustra a instituição do “eu” descrevendo sobre a forma pela qual o sujeito se declara locutor da mensagem, “imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um elocutório”.

Na linha de raciocínio de Brandão, “*eu e tu* são os protagonistas da enunciação e, referindo um indivíduo específico, apresenta a marca da *pessoa*. Distinguem-se, entretanto, pela marca da subjetividade: *eu* é pessoa subjetiva e *tu* pessoa não subjetiva”. (Brandão, 2004, p. 56).

Brandão (2004, p. 56) afirma que, nessa correlação de subjetividade, Benveniste reconhece uma transcendência do *eu* sobre o *tu* a qual ela denomina de *ego*. Para Brandão (2004, p. 57), o ego tem sempre uma posição de superioridade em relação ao *tu*, embora nenhum dos dois se conceba sem o outro, pois são complementares e reversíveis. Seguindo o raciocínio de Brandão, o fato de o *eu* ter esse privilégio de ser único na instância discursiva faz surgir em oposição a ambos (*eu* e o *tu*) o “*ele*”, que está implícito ou ausente, é não-pessoa. Embora não tendo a marca da personalidade, pode ao sujeito relacionar porque representa o processo que se desenvolve intrinsecamente na relação da subjetividade.

A subjetividade vai se construindo à medida em que o ego assume o centro da enunciação e se identifica como o próprio sujeito. Embora se destaque na relação discursiva a figura do parceiro “real ou imaginário”, vê-se no ego o centro da enunciação. Essa atenção que ora se dedica à essa correlação “*eu/tu/ele*, onde “*eu*” representa o sujeito (ego); o “*tu*” receptor-destinatário; e o “*ele*” a subjetividade do enunciado (não-pessoa), em especial nesse modelo teorizado por Benveniste, na visão de Brandão (2004, p. 51-60), tem-se um particular propósito: qual seja, seguir para a narrativa sustentada na combinação das técnicas da análise documentária e no sentido holístico da análise do discurso para construção de um modelo de *indexação por sentido*.

Presumir-se-á que, tanto na indexação quanto na caracterização holística discursiva do objeto informacional, de uma forma ou de outra, o enunciado inexoravelmente vai derivar da correlação “*eu/tu/ele*”. Neste contexto, o sujeito, o sentido e o contorno ideológico linguístico assumem a condição de insumo indispensável à construção desse novo modelo.

3. Discurso e construção de sentidos

Em aula ministrada no Collège de France, em 1970, e transcrita na obra *A Ordem do Discurso*, Foucault (1996) faz um questionamento – ou melhor, uma provocação: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 1996, p. 8). Antes de discorrer sobre o tema, o filósofo francês (*Ibidem*, p. 8-9) inquieta o leitor ao destacar que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Assim, se percebe uma evidente reflexão centrada nos meandros que sistematizam o processo articulador dos mecanismos de operacionalização do discurso.

O filósofo traz à luz a intrínseca relação entre o discurso e duas áreas nucleares das interações humanas: a sexualidade e a política – mais especificamente o desejo e o poder. Sendo que “o poder é o grande afrodisíaco”, como certa vez afirmou o lendário e controverso político e diplomata Henry Kissinger, quando ainda era Secretário de Estado dos Estados Unidos, durante os anos de 1973–1977 (Simon, 2014). Então, entende-se que o poder não compreende o discurso como uma manifestação ou ocultação do desejo, mas como o seu próprio objeto.

Do mesmo modo, não enxerga no discurso a tradução das relações de poder, mas o próprio poder ao qual busca-se uma apropriação. Portanto, a partir dessa lógica, quem domina o discurso também domina os mecanismos de poder e os corpos, bem como atua na construção de verdades, por meio de coerções. Mais que isso: cada sociedade produz suas próprias verdades, ao delimitar, por exemplo, o que pode ou não ser dito, quem está apto a dizê-lo e ao definir sua vontade de saber, com base naquilo que a abordagem foucaultiana entende por procedimentos de interdição, segregação e vontade de verdade.

De acordo com Mello e Valentim (2021, p. 31):

A interdição associa o discurso ao desejo de poder, o que determina que algumas palavras não podem ser ditas, ou apenas podem ser proferidas por determinados grupos que têm o direito exclusivo a certas práticas discursivas e, até ritualísticas, num determinado campo discursivo. A segregação diz respeito aos silêncios impostos pela sociedade, seja na forma de censura ou da imposição do que é moralmente aceito ou não. Por fim, a vontade de verdade que abarca os outros procedimentos, visto que em

Foucault inexistia uma verdade em si, não há uma essência.

Nessa perspectiva, é importante considerar o discurso como um elemento semântico, visto que “[...] é uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes. A palavra discurso tem em si a ideia de percurso de movimento, o objeto da análise do discurso é estudar a língua em função de sentido” (Azevedo, 2013, p. 155). De tal modo, o discurso leva significado para a palavra, embutindo-lhe de textualidade, de realidade significativa, como defende Orlandi (2008). E, como produtora de sentidos para os sujeitos, “a linguagem não é, ela está” (Mira et al., 2021, p. 4).

Assim, entende-se que a linguagem é dinâmica e altamente flexível às interferências variadas de processos sociais específicos, incluindo as dimensões políticas. Santaella (2005, p. 28) reconhece a interferência histórica e cultural das tecnologias e afirma que “além de crescerem na medida exata em que cada novo veículo ou meio é inventado, as linguagens também crescem através do casamento entre meios”. Com isso, fica suscetível para mudanças que agreguem incorporações de novos elementos ou sentidos estruturantes em seus repertórios linguísticos. No entanto, esse processo pode assentir viés instrumental, consciente ou inconscientemente, na formulação de enunciados para se elaborar mecanismos tácitos ou explícitos visando a construção de discurso.

Para Foucault (2008, p. 112) há coexistência enunciativa entre a intenção dos significados e as construções gramaticais que entrelaçam aspectos fundamentais do discurso, ocasionando “[...] as relações lógicas entre proposições, as relações metalinguísticas entre uma linguagem-objeto e aquela que lhe define as regras, as relações retóricas entre grupos (ou elementos) de frases”. É pela estruturação do discurso que linguagem tem conotação política para determinar “[...] a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (Foucault, 2008, p. 136-137). Tão logo, é compreensível que a lógica discursiva nunca preza pela neutralidade ou isenção, requerendo interpretações sistemáticas do contexto. Pois, os meandros do discurso requerem a análise pormenorizada das “[...] relações sem que se tome por tema o próprio campo enunciativo, isto é, o domínio de coexistência em que se exerce a função enunciativa” (Foucault, 2008, p. 112). Afinal, o discurso tem uma finalidade comprometida com o engajamento determinado nem sempre aparente que repercute na linguagem, articulando “[...] regras de aparecimento e também

suas condições de apropriação e de utilização [...]” (Foucault, 2008, p. 136-137)

Dentro dessa lógica, atravessam o tecido social, transitam por todas as instituições e, “com suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam” (Ferreira; Traversini, 2013, p. 210), a partir da posição de quem os profere. Sobre isso, Stolz (2008, p. 160) enfatiza:

Quem diz, sempre o faz a partir de um lugar e uma intenção. Neste sentido, é importante que se tenha em mente a historicidade do discurso, a sua acomodação às diversas situações para se estabelecer, através dele, como ato impositivo, ato de verdade e de, quase sempre, ato de força.

Em outras palavras, o discurso é “um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sociohistórico que o produziu” (Gregolin, 1995, p. 17), ou seja, traz sentidos para o texto, alimenta-o, a partir do ponto de vista do sujeito da enunciação.

Mas não só isso, pois ele também está relacionado ao receptor, ao seu destino final, de modo que “todo discurso se funda sobre uma dada condição de produção que determina o modo e a forma como ele se constitui, entrando em jogo, as posições-sujeito de quem enuncia, assim como as posições-sujeito para quem o discurso está dirigido” (Coutinho, 2018, p. 239). Por isso, apresenta tamanha implicação nas relações de poder e deve ser analisado, também, diante das condições sociais e históricas sob as quais é formulado e projetado.

Foucault (2008, p. 124) oportunamente encadeia uma reflexão em que:

Sabemos – e, talvez, desde que os homens falam – que as coisas, muitas vezes, são ditas umas pelas outras; que uma mesma frase pode ter, simultaneamente, duas significações diferentes; que um sentido manifesto, aceito sem dificuldade por todos, pode encobrir um segundo, esotérico ou profético, que uma decifração mais sutil ou apenas a erosão do tempo acabarão por descobrir; que sob uma formulação visível pode reinar uma outra que a comande, desordene, perturbe, lhe imponha uma articulação que só a ela pertence; enfim, que, de um modo ou de outro, as coisas ditas dizem bem mais que elas mesmas (Foucault, 2008, p. 124).

Identifica-se, portanto, que, para Foucault, “a questão do discurso ultrapassa o paradigma linguístico alertando que todo discurso reflete uma prática própria” (Moraes; Lima; Caprioli, 2016, p. 76), de natureza ideológica. Isso significa pensar no discurso como agente de representação cultural, em construção e regido sob as relações de

poder que circundam as diferentes esferas da sociedade.

No entanto, a abordagem foucaultiana, apesar de possuir notória relevância e presença dentro da Organização do Conhecimento, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, esbarra em problemáticas para a sua abordagem como método de pesquisa, não apenas associados à sua utilização, mas à sua epistemologia (Martínez-Ávila, 2012).

A principal delas é que “[...] any attempt to derive a methodology from Foucault’s genealogical discourse analysis has to first deal with the author’s explicit refusal to establish rules. Indeed, this is a problem that may be found in any other of his Works that organize concepts and knowledge” (Martínez-Ávila, 2012, p. 100). Além disso, falta uma abordagem epistemológica formal estabelecida pelo autor. Assim, nos nortearemos pelas contribuições pecheuxtianas de sistematização

4. A análise do discurso

A Análise do Discurso tem origem formal na escola francesa de Filosofia, por meio da prática filológica de uma conjuntura intelectual francesa que, sob a égide do estruturalismo dos anos 1960, se inscreve na articulação da linguística saussuriana, do materialismo histórico marxista e da psicanálise freudiana (Maingueneau, 2006).

A tradição de refletir e explicar os objetos textuais dos discursos inseria-se, a partir de então, no campo do saber com o encontro da prática filosófica com a prática filológica para produzir um legado instrumental metodológico de crítica textual investigativa mediante uma abordagem fundamentalmente apoiada no conjunto de vestígios, espírito, costumes e características da sociedade francesa à época marcada por uma estilística orgânica.

Para essa classe de filósofos, havia, portanto, uma necessidade de reconstruir o mundo em que surgiu o texto, relegando-se a segundo plano questões referentes às condições enunciativas mais óbvias, bem assim a linguística e o materialismo formal da filologia. Essa nova corrente de pensamento estabelece, então, um novo viés da filologia enquanto forma de estudar uma língua por meio de seus documentos escritos, que visa não só à restauração, fixação e crítica dos textos para o conhecimento do uso linguístico e sua história, mas também à compreensão de globalidade dos fenômenos culturais, especialmente os de ordem literária, a que ela serve de veículo.

Michel Pêcheux, um desses filósofos visionários da globalidade dos fenômenos culturais, em 1969, por meio da obra *análise automática do*

discurso, no ápice do pensamento estruturalista, constituiu seus primeiros objetos discursivos, analisando-os sob a tensão da historicidade, da interdiscursividade e da sistematicidade da língua (Ferreira, 2003).

Esses objetos discursivos de Pêcheux passaram a constituir os primeiros instrumentos teóricos e metodológicos que permitiram aos analistas de assuntos incorporar as condições históricas e ideológicas em que o discurso foi produzido e, assim, experimentar gestos interpretativos e construções de sentido. Essa experiência interpretativa e a construção do sentido cancelam, então, uma espécie de permissão para ir além do conteúdo literal de um texto/discurso e possibilita uma percepção privilegiada de como ele produz e veicula sentidos, evitando reduzi-lo a algo evidente, naturalizado, hermético.

Para Pêcheux, diferentemente de Foucault, a formação discursiva possui relação direta com a formação ideológica. Enquanto na abordagem foucaultiana as relações de poder distribuem os enunciados – assim, o cruzamento é feito entre saber e poder –, na pecheuxtiana, a noção ideológica permite a compreensão e a explicação dos sujeitos particulares.

De tal forma, Paul Henry (1969, p. 12-13) observa que a ambição de Pêcheux sempre foi “abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social”. O autor lembra que Pêcheux afirmava, por ocasião da publicação da *Análise Automática do Discurso*, que, nessa linha, estava seu fundamento profissional e principal.

Para esse fim, Pêcheux se apoiaria no que mais lhe estimulava: a problemática do Materialismo Histórico e os aspectos do grande movimento chamado Estruturalismo. Isso porque, no final dos anos 60, ocorreu o apogeu do Estruturalismo e, para Pêcheux, o que, de fato, interessava, tanto em um (o Materialismo Histórico) quanto em outro (o Estruturalismo), eram os aspectos que “supunham uma atitude não reducionista no que se refere à linguagem”. Isso é ratificado pela primeira publicação de Pêcheux que dizia respeito à “situação teórica” nas ciências sociais.

Henry (1969, p. 15) concebe e desenvolve seu projeto teórico já fazendo críticas “às insuficiências do método não-linguístico da análise do conteúdo vigente nas ciências sociais à época e inaugura seu objeto teórico, o discurso, conjugando questões sobre a língua, a história e o sujeito”. Segundo Pêcheux, uma teoria do discurso não pode, de forma alguma, substituir uma teoria da ideologia, nem substituir uma teoria do inconsciente, mas intervir no campo dessas teorias.

A ideia do discurso como uma produção de sentidos ao nível de um determinado contexto social, histórico e em certas condições de produção é o que caracteriza a mensagem subliminar ou indireta discursiva, conforme Orlandi (1996). A autora chancela que o funcionamento de um discurso e sua subjetividade intrínseca é: “A atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado com finalidades específicas” (Orlandi, 1996, p. 197).

Segundo Orlandi (1996), a dinâmica do discurso (função do discurso) depende de dois tipos de critérios, quais sejam o de reversibilidade e polissemia. Para ela, o critério de reversibilidade se refere à interação entre os interlocutores, isto é, quanto maior esta interação e a troca de papéis entre locutor e receptor, maior a reversibilidade. O critério de polissemia, por sua vez, baseia-se na multiplicidade de significados em torno do discurso atribuídos por seus interlocutores (Orlandi, 1996, p. 29).

Partindo desses critérios, Orlandi (1996, p. 29) sugere a possibilidade de três tipos de discursos:

No *discurso lúdico*, há a expansão da polissemia pois o referente do discurso está exposto à presença dos interlocutores; no *polêmico*, a polissemia é controlada uma vez que os interlocutores procuram direcionar, cada um por si o referente do discurso e, *finalmente* no discurso *autoritário* há a contenção da polissemia, já que o agente do discurso se pretende único e oculta o referente pelo dizer.

Nas lições de Orlandi, ancoradas nas proposições de Pêcheux, nenhum discurso se enquadra totalmente em um único tipo. O que Orlandi buscou com essa tipologia foi compreender mais a fundo como os discursos funcionam em relação às suas condições de produção e aos seus interlocutores.

Amparando-se nessas linhas teóricas de Pêcheux e Orlandi e considerando suas proposições de funcionalidade, reversibilidade, polissemia e tipos, pode-se inferir que os atos normativos jurídicos, enquanto objetos com características de discurso, podem ser classificados ou moldados como atos formais de natureza discursiva não reversível, autoritário e de polissemia contida, dada a competência exclusiva, a unipessoalidade e a impossibilidade de interação entre locutor e receptor (10).

4.1. A construção teórica da análise do discurso segundo Pêcheux

Para compreender melhor o interesse pela Análise do Discurso em muitos países influenciados pela tradição acadêmica francesa (como por exemplo Brasil ou Espanha), convém lembrar

que esse tema conseguiu maior destaque nas universidades francesas nos anos 60 do século passado, período caracterizado como “primeira época”, patrocinada, principalmente, pelos estudos de Michel Pêcheux. Naquele tempo, Pêcheux buscava compreender em plenitude os enunciados verbais “discursivos”. A inflexão de Pêcheux pela teoria saussuriana nessa primeira fase é marcada pela relação e disputa que ele estabelece com Louis Althusser acerca do conceito de ideologia. Os objetos utilizados para a análise concentravam-se nos grandes textos políticos escritos e os dispositivos de observação se voltavam unicamente para eles.

A principal preocupação de Pêcheux e seus pares (seguidores, alunos, entusiastas) reside na questão da estruturação das mensagens (textos políticos), e essa preocupação fica bastante evidenciada na segunda parte do livro *Análise automática do discurso*, de Pêcheux, cujos algoritmos se voltam aos cálculos matemáticos nos quais os processos de análise automatizada do discursivo se realizava por meio da ajuda de recursos informáticos para a análise de grandes quantidades de objetos de informação (11). Ao aluno, ou outro par, cabia a responsabilidade de analisar e interpretar os dados processados, sempre pelo viés linguístico dos sentidos. Feito isto, relacionavam-se, então, os resultados, interpretações dos sentidos apoiada na Linguística, com a ideologia, com os sujeitos e com o histórico-social.

Nessa segunda época ou fase construtiva da Análise do Discurso de Pêcheux, determinados dogmas remanescentes da fase anterior passaram a ser considerados com menos rigor. Em 1975, ano da publicação de seu segundo livro, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux concebeu de forma mais flexível a tese do sujeito estritamente assujeitado pela ideologia, com a formulação dos dois esquecimentos, admitindo que o sujeito possui o controle sobre os enunciados verbais que emite – “essa relação sujeito e enunciado” guarda perfeita correlação com a questão da linguagem própria e da hermenêutica do Direito em relação aos enunciados (atos, normas, objetos informacionais jurídicos) produzidos pelos respectivos profissionais do Direito.

Na visão de Pêcheux (2014, p. 161-163), os atos e comportamentos do sujeito, tais como consciência e atividade, são as fontes que determinam “sua realidade” e tendem a seguir uma repetição à qual ele denominou de “mito idealista da interioridade”. Nesse “mito”, aquilo que foi dito não poderia ser diferente do já dito, pois é aí que o sujeito deve encontrar uma reflexão sobre sua “verdade” e sobre si mesmo. Para Pêcheux, é nesse

mito idealista que se assenta a formação discursiva. Para tanto, Pêcheux baseia-se na oposição de Freud sobre o “sistema pré-consciente” e o “sistema consciente” para estabelecer dois tipos radicalmente diferentes de “esquecimentos” inerentes ao discurso.

A teoria do Primeiro Esquecimento:

[...] a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão.

A teoria do Segundo Esquecimento:

[...] “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Em seu livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux foca em um enunciado político comum: “On a gagné”, adotado e repetido pelos eleitores de François Mitterrand, do partido de esquerda, vencedor das eleições para presidente da República Francesa, em 1981. Esse enunciado, segundo Pêcheux (2015, p. 24), “é atravessado por discursividades da mesma maneira que os escritos doutrinários, pois revela uma estrutura ‘On a gagné’ como sujeito indefinido referindo-se indeterminadamente aos militantes do partido esquerdista francês ou ao povo geral da França”.

Pêcheux (2015) afirmava que a ausência ou aparente sentido vazio do discurso-texto é um requisito constitutivo da linguagem que aparece sob a forma de variados elementos: negação, hipótese, desejo, subjuntivo, formas de presente/passado/futuro, imperativo, “eu” diferenciando-se de “nós”, a alteração encontrada em “ele(s)” e “ela(s)”. Ao endosso dessa afirmativa, Pêcheux atribuía as seguintes analogias ou vocábulos abstrativos correspondentes como: “o povo”, “as massas”, “o proletariado”, “a luta de classes”.

Essas analogias podiam ser mostradas (pintadas, filmadas ou televisionadas) enquanto conceitos, porém, como disfarces subliminares – na análise análoga –, Pêcheux questiona se, de fato, uma abstração pode ser pintada sem disfarces. Sabia ele que as referências “o povo” e “as massas” representavam os conceitos supremos da teoria marxista. Logo, as questões levantadas

por Pêcheux, por meio das mensagens cifradas ou “codificadas”, revelava ou induzia para uma compreensão da objetividade dos preceitos marxistas manipulados, principalmente, pelos políticos e, por consequência, remete a uma revisão das bases do projeto teórico da análise do discurso, pois as abstrações, sofriam influência de disfarces, do inconsciente, do simbólico.

Como últimas manifestações de um autor inquieto, Michel Pêcheux, que suicidou-se em 1983, em seus últimos textos, demonstrava aflição em relação às transformações do discurso político, embora não se detivesse ou se preocupasse com as manipulações das tecnologias de comunicação de massa e futuras consequências de sua popularização aos quais já eram perceptíveis no início da década de 80, como instrumentos de manobras dos homens públicos.

4.2. Atuais orientações conceituais da teoria do discurso

O discurso, enquanto “língua objeto de mensagem”, segundo Saussure, é:

a) [...] a parte social, a linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la, e:

b) [...] a língua é uma instituição social; mas se distingue, por vários traços, das outras instituições políticas, jurídicas etc. Para compreender sua natureza especial, uma nova ordem de fatos precisa intervir. A língua é um sistema de signos que exprime ideias, e por isto comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. Ela é somente o mais importante desses sistemas. Pode-se, pois, conceber uma *ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social*, ela formaria uma parte da psicologia social e consequentemente da psicologia geral [...] (Saussure apud Pêcheux, 1969, p. 69, itálicos do autor).

Essa segunda orientação conceitual – relativa ao objeto e sua dependência com outros objetos situados no mesmo plano – opera, segundo Saussure, uma dupla divisão: alia-se ao sistema semiológico (a língua), que é pensado como um estatuto científico potencialmente equivalente, e entra no campo da teoria regional do significado. A outra oposição que é evocada por Saussure, por meio do termo *instituição*, é: ela permite separar os sistemas institucionais jurídico, político etc. da série dos sistemas institucionais semiológicos, e excluí-los simplesmente do campo da teoria do significante regional.

Assim, a língua (discurso) é pensada por Saussure (Pêcheux, 1969, p. 69) como um objeto científico homogêneo (pertencente à semiologia), cuja especificidade se estabelece sobre duas principais exclusões teóricas:

- A exclusão da *fala* no inacessível da ciência linguística;

- A exclusão das instituições “*não semiológicas*” para fora da zona de pertinência da ciência linguística.

Essa perspectiva de Saussure em referência à língua-discurso se estendeu para os mais diversos seguimentos do conhecimento humano, incluindo numerosos e relevantes estudos na área da Informação e Comunicação que se baseiam na análise do discurso de matriz francesa (Castanha et al. 2017). O artigo *Política de indexação e seus sentidos: um estudo a partir da Análise do Discurso*, dos autores Garcia, Redigolo, Barros e Moraes (2019) é de especial importância para a verificação da especificidade de domínio deste estudo porque os autores promovem uma espécie de *background* sobre a temática da política de indexação e a maneira como ela está sendo discutida na atualidade. Nesse estudo, Garcia, Redigolo, Barros e Moraes analisam quatro artigos de diferentes autores, recortados temporalmente nos anos de 2011-2016 (Fujita et al., 2012; Fujita e Santos, 2016; Lousada et al., 2011; Silva e Bocato, 2012) e apresentam suas percepções em relação ao aperfeiçoamento dos processos e procedimentos para a atual representação e recuperação da informação. Também de especial relevância porque analisam, nos quatro artigos, os aspectos relacionados à interação da indexação com a Análise do Discurso de Pêcheux, para a melhoria do processo de indexação. Essa conexão de assuntos justifica o breve resumo do artigo.

Garcia, Redigolo, Barros e Moraes observam que não há pretensão de efetuar uma análise exaustiva sobre os sentidos e aspectos envolvidos dos vários discursos sobre política de indexação, mas indagam como se caracteriza a atual política de indexação, o que estão dizendo os autores e, principalmente, “qual o sentido expresso nos enunciados proferidos por seus sujeitos” (p. 170). Lembram que, para Barros (2017), tanto o discurso oral, quanto o escrito podem transmitir diferentes significados (12).

Para Garcia, Redigolo, Barros e Moraes (2019), à medida em que os modelos sociais evoluem e passam por mudanças, os procedimentos vinculados à produção e à disseminação da informação também se transformam e tornam-se mais dinâmicos. Daí que o aparecimento de novos métodos e técnicas chegam com o propósito de aperfeiçoar a organização do conhecimento para fins de armazenagem e recuperação. A indexação, enquanto técnica, constitui ferramenta fundamental, em especial para as bibliotecas que

priorizam os conceitos-assuntos dos objetos informacionais para manejar as coleções, por meio da valorização temática para disponibilizá-los em catálogos para fins de recuperação para os usuários.

Garcia, Redigolo, Barros e Moraes (2019) salientam que política de indexação é uma conduta (ferramenta) que deve ser utilizada, sobretudo, para conduzir um eficaz tratamento e representação temática da informação por meio da indexação. Todavia, para eles, existem poucos estudos direcionados a esse segmento, e citam as palavras de Rubi (2004): “Poucos autores trabalham com a política de indexação” (Rubi, 2004, p. 12 apud Garcia; Redigolo; Barros e Moraes, 2019, p. 173). É neste contexto de escassez que Garcia, Redigolo, Barros e Moraes (2019) tentam verificar “como a política de indexação vem sendo caracterizada na literatura de artigos científicos atuais através dos discursos dos sujeitos que tratam sobre tal temática” (p. 173), bem assim, “quais os sentidos expressos nesses discursos a partir dos contextos, condições de produção e ideologias” (p. 173). Esclarecem que, para isto, farão uso da teoria da Análise do Discurso focada especialmente nas considerações de Barros (2015), quando ele afirma que essa teoria se preocupa com o além-texto, quando verifica “em que medida a construção de um texto remete às esferas ideológicas” (Barros, 2015, p. 69 apud Garcia; Redigolo; Barros e Moraes, 2019, p. 173) e, ainda, na concepção de Orlandi, que entende que:

O texto é a unidade de análise afetada pelas condições de produção e é também o lugar da relação com a representação da linguagem: som, letra, espaço, dimensão, direcionada, tamanho. Mas é também, e sobretudo, espaço signifiante: lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionalidade da discursividade. Como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação. O analista tem de compreender como ele produz sentidos, o que implica em saber, tanto como ele pode ser lido, quanto como os sentidos estão nele. Na análise de discurso, não se toma o texto como ponto de partida absoluto (dadas as relações de sentido) nem de chegada. Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso. [...] Não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso. (Orlandi, 2020, p. 70).

Na sequência, Garcia, Redigolo, Barros e Moraes (2019) procedem à metodologia e à análise textual dos quatro artigos selecionados e concluem, em especial com o objeto desta pesquisa, que:

Ao buscar no discurso os prováveis sentidos que a política de indexação pode assumir atualmente,

considerando o sujeito, a sua história, a ideologia e o seu contexto social, verificou-se, primeiramente, que os discursos atuais sobre políticas de indexação são constituídos pelas formações discursivas dos ambientes onde seus sujeitos estão inseridos, ambientes acadêmicos das instituições de ensino, mais precisamente nos programas de pós-graduação e seus grupos de pesquisas, espaços historicamente associados à produção de conhecimento [...] (Garcia; Redigolo; Barros e Moraes, 2019, p. 184).

Para além disso, os autores ainda destacam:

[...] os discursos produzidos nesses ambientes sobre políticas de indexação como guia e também como filosofia refletem as condições de produção e seus contextos institucionais, nos quais os sujeitos buscam por estudos mais aprofundados para a temática visando à melhoria dos processos de indexação em um ideal de qualificação constante, tendo a política não só como manual de orientação de processos, mas também como algo que reflete a natureza e cultura organizacional da unidade de informação quanto à organização e à disseminação da informação (Garcia; Redigolo; Barros e Moraes, p. 185).

Na área da informação jurídica, por exemplo, Reis (2019), apresenta uma especial similaridade com a proposição da *indexação por sentido*, na medida em que aborda os aspectos da semiose e da inferência da estrutura textual da doutrina jurídica, pois, de qualquer forma, verifica sobre as questões das singularidades da linguagem do Direito, a exemplo da hermenêutica e das expressões dogmáticas no contexto do espaço tempo de geração do objeto informacional em análise. Reis demonstra essa preocupação ao dizer que:

Cada profissional que efetua a prática da leitura documentária é único, como consequência disso, a análise do documento nunca ocorrerá da mesma forma. Vários fatores devem ser levados em conta, quando se estuda o processo de leitura documentária feito por profissionais da informação, como estratégia de leitura, conhecimento prévio, domínio de atuação e tipo de estrutura do documento analisado (Reis, 2019, p. 9).

Reis (2019) confirma essa narrativa afirmando que há necessidade de avanço nos estudos dos processos metacognitivos na leitura documentária realizada pelos bibliotecários jurídicos – afirma que é preciso de apoio nas teorias associadas à construção de significados, de forma a verificar os aspectos relacionados à semiótica, à abdução, dedução e indução. Este exemplo poderia ser aplicado a muitos outros campos relacionados com a Informação e a Comunicação onde a indexação por sentido e a análise do discurso possam contribuir ao trabalho no domínio.

No campo das bibliotecas e a organização do conhecimento, por exemplo, o trabalho de Larissa

de Mello Lima (2021) teve como foco encontrar uma forma fidedigna de representar as singularidades do texto narrativo de ficção do gênero conto, no contexto da indexação de obras de ficção. O cenário encontrado, que consistiu no problema de pesquisa, foi a percepção do tratamento superficial dado aos textos literários no momento da análise documental, culminando em representações que se centravam nos aspectos externos e formais do documento, enquanto o assunto era confundido com as categorias gênero e nacionalidade, por exemplo. Acredita-se que este fenômeno se dava pela incompatibilidade de aplicação das diretrizes do texto científico ao texto narrativo de ficção do gênero conto. O objetivo principal do estudo foi criar um modelo de leitura direcionado para o conteúdo do texto literário, levando em conta as peculiaridades do texto narrativo de ficção do gênero conto com base na autora Clarice Lispector. Para a criação do modelo de leitura, foi necessário se apoiar em uma metodologia robusta: a Análise do Discurso de matriz francesa oferecendo os aportes teóricos e a Análise do Discurso literário, os conceitos. Por meio destas perspectivas que foram elucidadas ao longo deste trabalho, foi possível entender que o discurso literário de Clarice Lispector existe diante da opacidade do dizer, subvertendo-o, pois, os conceitos como formação discursiva e interdição de Foucault e Pêcheux nos explicam que “não é possível dizer tudo em qualquer circunstância”. Perspectiva esta que Clarice Lispector rompe no conto “Ruído de passos”, ao falar sobre masturbação feminina, valendo-se de eufemismos, por exemplo. O modelo de leitura não foi criado com a pretensão de ter um caráter prescritivo porque não reflete a perspectiva crítica da Análise do Discurso e da Análise do Discurso Literário que deram base teórica e metodológica para a criação do modelo. Acredita-se que este trabalho esboce uma nova linha narrativa crítica para os estudos da organização do conhecimento e para os bibliotecários/indexadores, no momento de realizar a leitura documental e que o modelo de leitura tem o potencial de ser uma maneira viável de representar os textos narrativos de ficção do gênero conto.

No artigo *Análise do discurso e ciência da Informação: aportes teóricos para organização e representação da Informação*, de João Batista Ernesto Moraes, Larissa Mello Lima e Mariana Silva Caprioli (2016), uma perspectiva conceitual e teórica da escola francesa de Análise do Discurso é apresentada como uma metodologia complementar e válida para ser utilizada em estudos teóricos de organização e representação da informação em Ciência da Informação. São selecionados autores como Foucault (2010,

1986), Orlandi (1999) e Mazière (2007), que oferecem debates fundamentais sobre a Análise do Discurso. O segundo passo é discutir a questão da interdisciplinaridade, com foco nas Ciências da Informação, a fim de fortalecer as bases para o estabelecimento da relação entre a Análise do Discurso da escola francesa e a CI.

Lima, Moreira e Moraes (2016), no artigo *Linguística documentária e Análise do Discurso: um mapeamento entre conceitos*, apresentam um delineamento de conceitos equivalentes entre a Linguística documentária e a Análise do Discurso. Para tanto, utilizam um estudo teórico exploratório como metodologia, a fim de construir mapas conceituais para identificar conceitos chave tanto da Análise do Discurso quanto da linguística documentária, tendo, assim, fins comparativos. Lima, Moreira e Moraes partem da seguinte problemática: existem relações teóricas conceituais entre a Análise do Discurso e a Linguística Documentária? Para solucionar tal questão, o objetivo geral deste trabalho é fornecer um panorama verticalizado acerca da possível relação conceitual entre ambas. No que tange aos objetivos específicos, o trabalho buscou, primeiramente, identificar definições conceituais de cada campo, para que se torne possível, em um segundo momento, selecionar os conceitos que irão formar os mapas conceituais de ambos. Assim, em um terceiro momento, é possível visualizar os conceitos comuns ou aparentemente comuns, os conceitos complementares e os que se contrapõem. Como resultado, é possível sinalizar que existe consonância entre os conceitos de ambas as áreas, perspectiva que pode abrir portas para novos estudos mais aprofundados que auxiliem na organização e representação do conhecimento.

Morris (2010) aborda, no estudo *Individual Differences in the Interpretation of Text: Implications for Information Science*, a relevância das questões das diferenças individuais (sujeitos) nas produções textuais e destaca que a maioria das tarefas realizadas ao nível da Ciência da Informação, em especial na Biblioteconomia, a exemplo da indexação e classificação, exigem atenção do leitor profissional na interpretação dos significados textuais para as nuances e aspectos relacionados às diferenças individuais de quem os produz. Considera que é possível perceber e modelar diferenças por meio de análise do perfil da semântica lexical, a partir das características individuais.

Morris desenvolve o estudo baseando-se no pressuposto de que as palavras são elementos de natureza pessoal, com significância e sentidos vinculados ao autor, e que podem ser analisadas e interpretadas na verificação da coesão lexical,

a qual apresenta características distintas em razão do sujeito e do contexto. Nos termos conclusivos do estudo, um detalhe de interessante pertinência com o tema desta pesquisa é a dificuldade para automação de variáveis abstratas a exemplo das características individuais semântico-lexical; do mesmo modo que seria a automação de uma *indexação por sentido*. Entretanto, Morris, apresenta uma provável solução em relação à sua perspectiva teórica:

The major implication of recognizing individual differences in text interpretation is to model them computationally. Rather than viewing them as a problem to be overcome, they can be viewed as a natural aspect of interpretation. Thus, by studying the details of individual differences of various aspects of text meaning, such as lexicals cohesion, we can attempt to create models of them. This way, the computer could interpret a text differently for each reader. A very useful application of such models would be for information retrieval. (2010, p. 147).

Morris (2010) aconselha que, ao estudarem as características e os detalhes das diferenças ou marcas individuais sobre os vários aspectos da produção autoral de um dado texto, como a coesão lexical, por exemplo, poder-se-iam criar modelos padrão a partir desses aspectos. Assim, seria possível o desenvolvimento de um software para processar, reconhecer e vincular os objetos informacionais aos seus respectivos autores. Para Morris, essa seria uma solução eficiente e ideal para recuperação de informação, baseada nos reconhecimentos das diferenças individuais e na modelagem dos textos em relação aos seus autores. Factível ou não, essa perspectiva interessa de perto para a temática deste estudo, pois, de alguma forma, o ponto de vista de Morris está relacionado com a ideia de “sentido”. Embora não seja um sentido na forma preconizada por Pêcheux, tem o mérito de se buscar compreender a mensagem, ainda que pelas características individuais de quem produz o discurso (texto).

A priori, estes são os estudos no Brasil que mais se aproximam e demonstram interesse mais direto sobre a recuperação de objeto informacional de natureza específica, ou que, pelo menos, de alguma forma, teorizam sobre as possibilidades e necessidade de inovação e renovação de modelos e técnicas da Ciência da Informação (e áreas afins como a Biblioteconomia), em especial para a indexação. Fora do Brasil, os trabalhos que discutem ou aplicam a análise de discurso de matriz francesa tem focado mais no trabalho de Foucault (Budd e Raber, 1996;

Fora do Brasil, a análise do discurso, na perspectiva de Foucault, tem sido trabalhada extensivamente na Ciência da Informação, desde os anos

90 (ex. Frohmann, 1992; 1993; 1994; 2001; Budd e Raber, 1996; Radford, 2003; Radford e Radford, 2005; Budd, 2006; Andersen e Skouvig, 2006; Haider e Bawden, 2007; Olsson, 2010; Martínez-Ávila, 2012; Moulaison et al. 2014; Martínez-Ávila e Fox, 2015; Martínez-Ávila et al., 2015). Enquanto no Brasil Michel Foucault apresenta junto a Michel Pêcheux a maior frequência de cocitação nos trabalhos sobre análise do discurso na Ciência da Informação (Castanha et al., 2016), fora do Brasil (ou da França) Pêcheux é pouco conhecido e citado na Ciência da Informação, e, quando tem sido citado (ex. Haider e Bawden, 2007), é feito de forma anedótica.

5. Conclusão

Para finalizar a proposta e breve panorâmica sobre a especificidade de domínio deste estudo, restauram-se aqui as disposições da primeira premissa, na qual foi estabelecido que uma leitura documentária eficaz sobre um determinado tema muito específico é um grande desafio da atualidade para o profissional da informação. Considerando que esse desafio pode ser mitigado com o desenvolvimento de mais e melhores estudos que buscam a compreensão e a desmistificação do problema da recuperação de informação de natureza muito específica. Então, deve-se ter em conta um retrato das proposituras, tendências, padrões mais recentes; bem assim, o que estão pensando os agentes, a partir de quais contextos são produzidos os sentidos de seus discursos e como estão se relacionando no campo deste tema na especificidade de domínio.

Notas

- (1) *Modistae*: movimento reconhecido como uma escola filológica de gramática denominada de gramática modista ou especulativa presente na França, Alemanha, Inglaterra e Dinamarca nos séculos XIII e XIV. Vitalizou se em oposição à gramática pedagógica (Bursill-Hall, 1972).
- (2) *Modus*: aquilo que existe em si mesmo também pode existir na mente. Um modo não é "um que", mas "um como". Algo que pode existir em diferentes símbolos, porém sem mudar a compreensão. Por exemplo o que existe em si mesmo pode existir também na mente (a figura de um cavalo pode ser escrita ou representada em diferentes línguas, porém com um mesmo significado na mente) (Bursill-Hall, 1972).
- (3) *Essendi*: é o modo pelo qual o algum "o que" existe em si mesmo. Independe de qualquer ação ou vontade exógena. Está inserido na própria existência primária, é o sujeito. É um modo independente, embora a entidade possa exigir ou depender de muitos fatores ambientais e circunstâncias para a manutenção de sua existência sua imagem e subjetividade permanecerá oriundos de seus princípios internos e sua essência (Bursill-Hall, 1972).
- (4) *Intelligendi*: é a maneira pela o que existe por si mesmo (seja em si mesmo, ou em outro) existe na mente. É aquilo considerado a respeito de um ou de outro por se-

melhança ou por compreensão. É o que existe "in" no juízo do interlocutor ou do intérprete, a partir do modus (Bursill-Hall, 1972).

- (5) *Significandi*: assim como o que existe em si mesmo, em outro ou entre dois outros, também pode existir na mente inteligente na forma de signo (símbolo ou sinal). Um modo específico de entendimento de um em relação ao(s) outro (s). Pode explicar e transmitir o que existe no entendimento, visto que depende de um (Bursill-Hall, 1972).
- (6) Franz Bopp, nascido em Mainz, foi um Filólogo linguista alemão e professor de filologia e sânscrito na Universidade de Berlim. Demonstrou a importância do sânscrito para as línguas indo-europeias e é considerado o fundador da linguística comparativa. Seu talento apareceu inicialmente em *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache* (1816). (<https://educacao.uol.com.br/biografias/franz-bopp.htm>).
- (7) Sânscrito - diz-se de ou grupo de línguas indo-arábicas, antigas e modernas, que formam a maioria das línguas indo-europeias da Índia, Paquistão, Bangladesh e outros países vizinhos. O sânscrito ou língua sânscrita é uma língua ancestral do Nepal e da Índia. Embora seja uma língua morta, o sânscrito faz parte do conjunto das 23 línguas oficiais da Índia, porque tem importante uso litúrgico no hinduísmo, budismo e jainismo. (<https://educacao.uol.com.br/biografias/franz-bopp.htm>).
- (8) Os exemplos mais comuns dos anagramas surgidos da teoria de Saussure são a subposição das letras de Ircema e a palavra América em José de Alencar; e o verso latino "Mors perfecti tua ut essent" que evoca as vogais do nome Cornelius sem que ele seja explicitado.
- (9) No Brasil, o termo consolidado é linguística documentária, devido à sua ligação com a análise documentária e as influências francesas experimentadas por pesquisadores brasileiros. O termo linguística documental foi formulado por García Gutiérrez, nos anos 80, na Espanha (García Gutiérrez, 1984). Para este estudo, será adotado o termo linguística documentária.
- (10) A referência aos critérios da reversibilidade e da polissemia (fundamento teórico de Pêcheux e Orlandi) como elementos do discurso aplicada à informação jurídica será trabalhada com melhor foco visando-se inferir os efeitos desses fenômenos na hermenêutica do Direito e na recuperação da informação.
- (11) Nesse período, Pêcheux e sua equipe, além dos textos políticos, analisavam também os discursos.
- (12) Garcia, Redigolo, Barros e Moraes (2019) esclarecem que no entendimento de Barros (2017) alguns discursos "podem ser claramente percebidos por seus receptores enquanto outros podem estar implícitos nas manifestações textuais ou orais." (Barros, 2017 apud Garcia, Redigolo, Barros & Moraes, 2019, p.170).

Referencias

- Andersen, Jack; Skouvig, Laura (2006). Knowledge organization: a sociohistorical analysis and critique. // *Library Quarterly*. 76:3 (jul. 2006) 300-22. <https://doi.org/10.1086/511139>
- Azevedo, Sara Dionizia Rodrigues de (2013). Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. // *Filogênese*. 6:2 (jul./dez 2013) <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>.
- Barros, Thiago Bragato (2017). Discurso, informação e conhecimento: perspectivas iniciais à Ciência da Informação. // *Brazilian Journal of Information Studies: Research*

- Trends. 11:3 (out 2017) 26-33. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n3.04.p26>
- Benveniste, Émile (1989). Problemas de linguística geral II. Tradução de Eduardo Guimarães et. al. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.
- Brandão, Helena Hathsue Nagamine. (2004). Introdução a análise do discurso. (2. ed.) Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- Budd, John (2006). Discourse analysis and the study of communication in LIS. // *Library Trends*. 55:1 (summer 2006) 65-82. <https://doi.org/10.1353/lib.2006.0046>
- Budd, John M.; Raber, Douglas (1996). Discourse analysis: method and application in the study of information. // *Information Processing & Management*. 32:1 (march 1996) 217-226. [https://doi.org/10.1016/S0306-4573\(96\)85007-2](https://doi.org/10.1016/S0306-4573(96)85007-2)
- Castanha, Renata Cristina Gutierrez; Lima, Larissa de Mello; Martínez-Ávila, Daniel (2017). Análise do discurso sob a perspectiva bibliométrica nos estudos de ciência da informação no Brasil. // *Perspectivas em Ciência da Informação*. 22:1 (2017) 17-37, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2813>
- Coutinho, Renata Corrêa (2018). Publicidade e discurso: um gesto de leitura sobre o discurso publicitário. // *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*. 20:2 (maio/ago. 2018) 236-245.
- Everett, Daniel L. (2019). Linguagem: a história da maior invenção da humanidade. São Paulo: Contexto.
- Fernandes, Cleudemar Alves (2005). Análise do Discurso: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- Ferreira, Maria Cristina Leandro (2003). O caráter singular da língua na análise do discurso. // *Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS*. 17:35 (2003) 190-200. <https://doi.org/10.22456/2238-8915.30023>
- Ferreira, Mauricio dos Santos; Traversini, Clarice Salet (2013). A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. // *Educação & Realidade*. 38:1 (jan/mar 2013) 207-226.
- Fiorin, Jose Luiz. (2009). Elementos de análise do discurso. (14. ed.). São Paulo: Contexto.
- Foucault, Michel (1986). A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- Foucault, Michel (1996). A ordem do discurso. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- Foucault, Michel (2010). A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2010.
- Frohmann, Bernd (1992). The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. // *Journal of Documentation*. 48:4 (april 1992) 365-386. <https://doi.org/10.1108/eb026904>
- Frohmann, Bernd (1994a). Discourse analysis as a research method in library and information science. // *Library and Information Science Research*. 16:2 (spring 1994) 119-138. [https://doi.org/10.1016/0740-8188\(94\)90004-3](https://doi.org/10.1016/0740-8188(94)90004-3)
- Frohmann, Bernd (1994b). Communication technologies and the politics of postmodern information science. // *Canadian Journal of Information and Library Science*. 19:2 (1994) 1-22.
- Frohmann, Bernd (2001). Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. // *Journal of Education for Library & Information Science*. 42:1 (winter 2001) 13-26. <https://doi.org/10.2307/40324034>
- Fujita, Mariângela Spotti Lopes; Agustín Lacruz, María del Carmen; Gomez Díaz, Raquel (2012). A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. // *Perspectivas em Ciência da Informação*. 17:1 (2012) 94-109. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362012000100006>
- Fujita, Mariângela Spotti Lopes; Santos, Luciana Beatriz Piovezan dos (2016). Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. // *TransInformação*. 28:1 (2016) 59-76. <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892016002800005>
- Garcia, Valdenise César; Redigolo, Franciele Marques; Barros, Thiago Henrique Bragato; Moraes, João Batista Ernesto de (2019). Política de indexação e seus sentidos: um estudo a partir da Análise do Discurso. // *Informação & Informação*. 24:1 (2019) 169-189. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n1p169>
- García Gutiérrez, Antonio Luis (1984). Linguística documental: aplicación a la documentación de la comunicación social. Barcelona: Editorial Mitre, 1984.
- Gregolin, Maria do Rosario Valencise (1995). A análise do discurso: conceitos e aplicações. // *ALFA: Revista de Linguística*. 39 (1995). <https://periodicos.flcar.unesp.br/alfa/article/view/3967>.
- Haider, Jutta; Bawden, David (2007). Conceptions of 'information poverty' in LIS: a discourse analysis. // *Journal of Documentation*. 63:4 (2007) 534-557. <https://doi.org/10.1108/00220410710759002>
- Henry, Paul (1969). Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux. // Gadet, F.; Hak, T. (eds.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. 11-38.
- Lima, Larissa de Mello (2021). Modelo de Análise documental de textos literários pela perspectiva da análise do discurso: um estudo dos contos de Clarice Lispector. [tese doutorado]. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2021. <http://hdl.handle.net/11449/204441>
- Lima, Larissa Mello; Moreira, Walter; Moraes, João Batista Ernesto (2016). Linguística documental e Análise do Discurso: um mapeamento entre conceitos. // *Seminário em Ciência da Informação: fenômenos emergentes em Ciência da Informação*, Londrina-PR, Brasil. <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/328/183>
- Lousada, Mariana; Lopes, Elaine Cristina; Fujita, Mariângela Spotti Lopes; Valentim, Marta Lígia Pomim (2011). Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. // *Informação & Sociedade: Estudos*. 21:1 (2011) 191-202
- Maingueneau, D. (2006). Discurso literário. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- Martínez-Ávila, Daniel (2012). Problems and Characteristics of Foucauldian Discourse Analysis as a Research Method. // Smiraglia, Richard P.; Lee, Hur-Li (eds.). *Cultural Frames of Knowledge*. Würzburg: Ergon-Verlag, 2012. 99-110.
- Martínez-Ávila, Daniel; Melodie J. Fox (2015). The Construction of Ontology: A Discourse Analysis. // Smiraglia, Richard P.; Lee, Hur-Li (eds.). *Ontology for Knowledge Organization*. Würzburg, Germany: Ergon, 13-37.
- Martínez-Ávila, Daniel; Smiraglia, Richard; Lee, Hur-Li; Fox, Melodie (2015). What Is an Author Now? Discourse Analysis Applied to the Idea of an Author. // *Journal of Documentation*. 71:5 (2015) 1094-1114. <https://doi.org/10.1108/JD-05-2014-0068>
- Mazière, Francine. (2007). A análise do discurso: história e práticas. São Paulo: Parábola Editora, 2007.
- Mazolla, Renan Belmonte (2009). Análise do Discurso: um campo de reformulações. // Milanez, Nilton; Santos, Janaina de Jesus (eds.). *Análise do Discurso: sujeito, lugares e olhares*. São Carlos: Claraluz, 2009. 7-16.
- Mello, Mariana Rodrigues Gomes de; Valentim, Marta Lígia Pomim (2021). Análise do discurso: diálogos epistemoló-

- gicos em Foucault e Heidegger. // *Logeion: filosofia da informação*. 7:2 (2021). 24-43. <https://doi.org/10.21728/logcion.2021v7n2.p24-43>
- Mira, Bianca Savegnago de; Farias, Mary Elizabeth Sampaio de Oliveira; Brito, Jean Fernandes; Guaraldo, Tamara de Souza Brandão (2021). Nas trilhas dos sujeitos discursivos. // *Informação em Pauta*. 6:00 (2021) 1-16. <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6i00.2021.60238.1-16>
- Miranda, Roseli; Santos, Cibele Araújo Camargo Marques dos (2018). Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise do discurso no tratamento da informação. // *RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 16:3 (2018) 299-316. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i3.8650313>
- Moraes, João Batista Ernesto; Lima, Larissa Mello; Caprioli, Mariana Silva (2016). Análise do discurso e ciência da informação: aportes teóricos para organização e representação da Informação. // *Scire*. 22:2 (jul.-dic. 2016) 75-85.
- Morris, Jane (2010). Individual differences in the interpretation of text: implications for information. // *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 61:1 (2010) 141-149. <https://doi.org/10.1002/asi.21222>
- Moulaison, Heather Lea; Dykas, Felicity; Budd, John M. (2014). Foucault, the Author, and Intellectual Debt: Capturing the Author-Function Through Attributes, Relationships, and Events in Knowledge Organization Systems. // *Knowledge Organization*. 41:1 (2014) 30-43. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2014-1-30>
- Olsson, Michael R. (2010). Michel Foucault: Discourse, Power/Knowledge, and the Battle for Truth. // Leckie, Gloria J.; Given, Lisa M.; Buschman, John E. (eds.). *Critical theory for library and information science: exploring the social from across the disciplines*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 63-74.
- Orlandi, Eni Pulcinelli (1996). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. (4. ed.). Campinas: Pontes, 1996.
- Orlandi, Eni Pulcinelli (1999). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Pontes. Campinas: Pontes, 1999.
- Orlandi, Eni Pulcinelli (2002). *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- Orlandi, Eni Pulcinelli (2008). *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes, 2008.
- Orlandi, Eni Pulcinelli (2009). *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- Orlandi, Eni Pulcinelli (2020). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. (13. ed.). Campinas: Pontes, 2020.
- Pêcheux, Michel (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). // Gadet, F.; Hak, T. (eds.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. 59-158.
- Pêcheux, Michel (1998). *Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso*. Tradução Ana Maria Dischinger e Heloisa Monteiro Rosário. // *Cadernos de Tradução* 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- Pêcheux, Michel (2014). *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. (5. ed.). Tradução Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Editora da Unicamp, 2014..
- Pêcheux, Michel (2015) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (7. ed.). Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2015.
- Radford, Gary P. (2003). Trapped in our own discursive formations: toward an archaeology of library and information science. // *The Library Quarterly* 73:1 (2003) 1-18.
- Radford, Gary P.; Radford, Marie L. (2005). Structuralism, Post-Structuralism, and the Library: de Saussure and Foucault. // *Journal of Documentation*. 61:1 (2005) 60-78. <https://doi.org/10.1108/00220410510578014>
- Reis, Daniela Majorie Akama dos (2019). *A leitura documentária de bibliotecários jurídicos: um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina*. [tese de doutorado]. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2019. <http://hdl.handle.net/11449/181849>
- Santaella, Lucía (2005). *Matrizes da linguagem e pensamento: sorora, visual e verbal: aplicações na hiperídia*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- Silva, Eduardo Graziosi; Boccato, Vera Regina Cassari (2012). Avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias pela perspectiva sociocognitiva do usuário. // *TransInformação*. 24:1 (2012) 05-18.
- Simon, Robert I. (2014). *Homens maus fazem o que homens bons sonham: um psiquiatra forense ilumina o lado obscuro do comportamento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- Stolz, Sheila (2008). A ordem do discurso e suas relações com o poder: vertigem e quebra de certezas. // *JURIS: Revista da Faculdade de Direito*. 13 (jan./dez. 2008) 159-176.

Enviado: 2024-04-20. Segunda versão: 2024-05-16.
 Aceptado: 2024-06-05.
